

## Editorial

*Veras* desta edição é especial. A entrevista, com o filósofo e educador Renato Nogueira, bem como os seis artigos que a compõem formatam um Dossiê Educação Antirracista, com diversas experiências, reflexões e provocações no sentido de questionamento de velhos hábitos e abertura a uma proposta de pedagogia que vá além de se libertar de traços racistas. Dada a herança histórica de termos sido o último grande país a abandonar a escravidão, não basta não ser racista. É preciso ser antirracista.

A entrevista e os artigos e relatos de experiência desta edição caminham no sentido de uma docência alerta ao preconceito embutido em livros e práticas didáticas, na mídia e no universo em que transitam crianças e jovens; atenta ao racismo que pode se manifestar em questões como o tipo de cabelo; e ativa em propostas que visem desnaturalizar atitudes e visões que negam a diversidade. Uma pedagogia que busque a pluriversalidade, um conceito do filósofo sul-africano Mogobe Ramose apresentado por Renato Nogueira, o entrevistado desta edição.

Professor de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Renato Nogueira traz na entrevista outros conceitos igualmente importantes para se pensar uma educação antirracista. Como a expressão suaíli *ujamaa*, que significa “tornar melhor o mundo que nós recebemos”, e o quilombismo, ambas contribuições de Abdias Nascimento; ou a razão polirracional proposta pelo filósofo ugandense Dismas Masolo para se contrapor a uma única razão, com “R” maiúsculo; ou, ainda, o conceito de “adultidade”, este criado por uma menina de 8 anos, estudante da Baixada Fluminense de uma escola pública onde Nogueira e seu grupo de pesquisa investigam a visão das crianças sobre o ensino e o espaço onde ele acontece. Uma entrevista que funciona como perfeita abertura do tema do nosso dossiê,



para “sulear” o debate (inserido aqui, propositadamente, como oposição a “nortear”, para usar a expressão do próprio Nogueira em um artigo já clássico, *Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade*, publicado em 2012).

O Dossiê Educação Antirracista prossegue com uma reflexão alentada e profunda sobre um conceito que vem emergindo no debate educacional nos últimos anos: o de decolonialidade. Em *Diálogos fora da colonialidade*, de Maria Aline Fernandes de Camargo, inicialmente clarifica o conceito, distinguindo-o de expressões como descolonial ou pós-colonial, que se referem a experiências mais recentes de descolonização de países, sobretudo da Ásia e África. Conforme explica a autora, “o termo decolonial busca salientar a especificidade da América Latina, pois embora suas independências políticas tenham se dado ao longo do século XIX, a colonialidade, na qualidade de elemento constitutivo do capitalismo mundializado a partir desse território, segue em vigência”. Deste conceito passa ao questionamento da pedagogia das competências, presente em diversos documentos oficiais brasileiros, como a própria BNCC, tanto “pela instrumentalização de conhecimentos quanto pelo treinamento de habilidades que transformam o saber escolar em técnicas de trabalho e em comportamento adaptativo”. E, por fim, propõe a construção de “outras pedagogias”, com posturas e práticas alinhadas à pluriversalidade necessária ao ensino-aprendizagem.

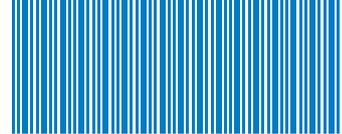
Na sequência, o dossiê se debruça sobre a questão institucional e normativa. *Diversidade das infâncias na legislação e na prática: desafios na superação do racismo*, de Zilma de Moraes Ramos Oliveira e Maria Paula Vignola Zurawski, faz um levantamento das orientações referentes à diversidade do público escolar (ou das infâncias brasileiras) nos documentos oficiais, como as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os currículos e orientações elaborados por estados e pelo Distrito Federal, e referendados por seus respectivos Conselhos Estaduais de Educação.



Os outros quatro artigos que integram o Dossiê Educação Antirracista são relatos de experiência. *Meu cabelo, minha história – vozes das crianças negras e não negras na escola: identidades, narrativas e memórias*, de Karina Santos da Silva, parte de um conflito entre crianças nascido de uma atitude racista para criar um ambiente de reconhecimento da identidade visual a partir de oficinas de autocuidado e feitura de tranças e, já no ambiente virtual provocado pela pandemia de Covid-19, um mural coletivo de fotografias. Com sensibilidade, a autora relata como essa experiência, realizada no Ateliacaia, provocou bons (re)encontros de algumas crianças com a própria imagem diante do espelho.

Outra experiência de reconhecimento da própria história é narrada em *Culturas indígenas nas escolas: desafios e (re) descobertas para uma educação antirracista*, de Cinthya Verástegui. Professora de uma turma de 4<sup>o</sup> de escola pública no município de Cotia, na Grande São Paulo, a autora buscou sair da historiografia oficial por ocasião da comemoração do aniversário da cidade, fundada em 1856, instigando as crianças a descobrirem quem vivia em Cotia antes de ela ter existência oficial. Cinthya relata: “Ao descobrir o outro lado da história, as crianças começaram a questionar a visão europeia de desenvolvimento pautada na invasão e escravidão, passando a reformular, em conjunto, novas hipóteses sobre a questão indígena no Brasil”. Lembrando que o ensino da cultura e história dos povos indígenas tornou-se obrigatório, segundo a Lei 11.645, sancionada em 2008, a leitura desse artigo sugere um caminho pedagógico perfeitamente adaptável à história de outros municípios do país. Em qualquer um, antes do colonizador já havia moradores, embora muitas histórias oficiais se neguem a ver. E o que não é visto não é reconhecido.

O mesmo pode ser dito para o que se lê – ou deixa de ser lido ou escrito. O que um livro escrito por estudantes de Ensino Médio de uma escola da rede pública da Bahia revela sobre suas visões e vivências de racismo e desigualdade social, bem como sobre seus sonhos e anseios? O quinto artigo do dossiê, *As escrituras de jovens autoras oriundas do Ensino Médio: um olhar sobre as práticas de letramento em um contexto de escola pública*, de Franciane



Barbosa da Silva e Nazarete Andrade Mariano, traz alguns textos da obra coletiva *Conversa afiada: um lugar de criação estudantil*, feita por 16 escritoras e 9 escritores de uma turma de Ensino Médio. À luz de estudos sobre letramento de pesquisadores como Theodoro da Silva e Stuart Hall, as autoras analisam os textos dos jovens e as possíveis marcas identitárias que as vivências impõem à escrita. Ou “escrevivências”, para usar a expressão da educadora Conceição Evaristo usada no título deste artigo.

Por fim encerra o dossiê o relato de experiência *Da África ao Brasil: reflexões histórico-culturais para o ensino antirracista*, de Camila Beatriz da Silva Araújo e Thais Rotenberg Goldstein. A sequência didática se deu com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental em uma escola privada de São Paulo, de ensino trilingue, cuja clientela predominante é a comunidade judaica. As autoras, buscando desconstruir preconceitos e despertar a empatia, criaram atividades que provocassem reflexões e análises na turma sobre a história da escravidão, tentando fazer com que as crianças se dessem conta do racismo estrutural no Brasil. Abordando a trajetória dos povos africanos no Brasil dos navios negreiros aos quilombos, do processo abolicionista ao abandono econômico dos ex-escravos, das imagens icônicas da mídia e da publicidade ao movimento *Black lives matter*, trata-se de uma experiência que carrega um potencial de replicabilidade que recomenda a sua leitura. Como, de resto, de toda esta edição, que toca o dedo na nossa ferida, enquanto nação, e busca fazer da educação o instrumento da mudança.

Boa leitura!

Regina Scarpa (Diretora Pedagógica do Instituto Vera Cruz),  
Ricardo Prado e Gabriela Valente (editores da Veras)

